

11º SIMULADO

TJRJ

**ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

11º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-TJ-Analista-23-05-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Telejornais, jornais, discursos políticos, tuítes – avessos a oferecer temas e escapes para as ansiedades e para os medos públicos – não falam de outra coisa hoje senão da “crise migratória” que dominará a Europa, renunciando o colapso e o fim do estilo de vida que conhecemos, temos e amamos.

A crise tornou-se uma espécie de nome em código, politicamente correto, desta fase da eterna luta conduzida pelos formadores de opinião para conquistar e subjugar as mentes e os corações. As notícias provenientes do campo de batalha estão agora prestes a desencadear um verdadeiro ataque de “pânico moral” (na acepção comumente aceita da expressão, definida pela edição inglesa da Wikipédia como “o temor, generalizado entre muitíssimas pessoas, de que qualquer mal ameace o bem-estar da sociedade”).

Enquanto escrevo estas linhas, uma nova tragédia – fruto de uma dura indiferença e cegueira moral – espera para atacar. Os sinais se multiplicam: gradualmente, mas inexoravelmente, a opinião pública, cúmplice da mídia sedenta de ouvintes, começa a se cansar de sentir compaixão pela tragédia dos refugiados. Crianças que se afogam, a pressa para erguer muros, o arame farpado, os campos de acolhimento superlotados, os governos que disputam para acrescentar ao dano do exílio, da salvação rocambolesca, de uma viagem esgotante e perigosa a chacota de tratar os migrantes como batatas quentes: essas abominações morais já não são mais uma novidade, muito menos “viram notícia”.

Infelizmente, o destino dos traumas é de se converterem na tediosa rotina da normalidade, e o destino do pânico moral é de se consumir e desaparecer dos olhos e das consciências envoltas no véu do esquecimento. Quem ainda se lembra dos refugiados afegãos em busca de asilo na Austrália que se jogam sobre o arame farpado em Woomera, ou que são relegados aos grandes campos de prisioneiros criados pelo governo australiano em Nauru e na Ilha do Natal “para impedir que eles entrem nas águas territoriais”? Ou as dezenas de exilados sudaneses mortos pela polícia no centro do Cairo “depois que o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados os privou dos seus direitos”? (...)

A única saída dos problemas de hoje e das desgraças de amanhã passa pela rejeição das insidiosas tentações de separação; em vez de olhar para o outro lado diante da realidade dos desafios de hoje – que se condensam no conceito “um único planeta, uma única humanidade” –, em vez de lavar as mãos e levantar barreiras contra as irritantes diferenças e dessemelhanças, e os estranhamentos

autoimpostos, devemos ir em busca de oportunidades de encontro aproximado e de contato cada vez mais aprofundado, na esperança de chegar, desse modo, a uma fusão de horizontes, em vez de sua fissão induzida e artificial, mas cada vez mais exasperada.

Sim, estou plenamente consciente de que essa não é uma receita para viver uma vida sem nuvens e sem problemas, nem para realizar facilmente a tarefa a que devemos nos dedicar hoje. Ao contrário, ela anuncia tempos terrivelmente longos, inquietos e dilacerantes. Dificilmente poderá aliviar imediatamente as nossas ansiedades: no início, poderia até desencadear mais medos, agravar ainda mais as atuais desconfiças e animosidades. Mas eu acho que uma alternativa mais rápida, mais cômoda e menos arriscada não existe. A humanidade está em crise: e, dessa crise, não há outra saída senão a solidariedade entre os homens.

Adaptado de Zygmunt Bauman, *Stranieri alle porte* [Estrangeiros às portas

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Infere-se do texto que

- o autor teme a ocorrência de um pânico generalizado em relação aos imigrantes, cujas tragédias parecem estar virando “tediosa rotina” na opinião pública.
- na argumentação do texto, “pânico moral” é conceito técnico que expressa um altíssimo grau de xenofobia e aversão ao novo.
- a mídia, sedenta de ouvintes, faz propaganda negativa a respeito dos imigrantes, o que causa ódio na população.
- a única solução segura para a “crise migratória” é a rejeição das tentações de separação e aproximação gradual dos diferentes.
- para aliviar imediatamente as nossas ansiedades, é necessária uma busca solidária de oportunidades de encontro.

02. Sem prejuízo aos sentidos do texto, o vocábulo “inexoravelmente” (3º parágrafo) poderia ser substituído por:

- a) absolutamente
- b) implacavelmente
- c) intermitentemente
- d) paulatinamente
- e) injustamente

03. Segundo o autor, a “nova tragédia” (3º parágrafo)

- a) ocorreu quando a “crise migratória” se instalou pela Europa
- b) derivou do “pânico moral” conduzido pelos formadores de opinião
- c) consiste em uma exploração sensacionalista de notícias alarmantes
- d) é um sinônimo politicamente correto de “crise migratória”
- e) é sinalizada pela decrescente compaixão pela tragédia dos refugiados

04. No segmento “A crise tornou-se uma espécie de nome em código” (2º parágrafo), a partícula “se” é classificada como

- a) pronome passivador
- b) pronome reflexivo
- c) pronome recíproco
- d) parte integrante do verbo
- e) índice de indeterminação do sujeito.

05. O segmento “para realizar facilmente a tarefa a que devemos nos dedicar hoje” (6º parágrafo) indica

- a) causa
- b) tempo
- c) intensidade
- d) propósito
- e) consequência

06. A correção gramatical e o sentido original do primeiro período do último parágrafo seriam preservados caso

- I- a preposição “de” fosse suprimida.
- II- o segmento “a que devemos” fosse reescrito como: “à qual devemos”
- III- a preposição “a” fosse suprimida.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

07. No primeiro parágrafo, os travessões foram empregados para

- a) isolar um aposto
- b) intercalar oração adverbial
- c) separar oração coordenada
- d) enfatizar uma citação
- e) isolar um predicativo

08. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto I, a forma verbal “há” (6º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) existem.
- b) existe.
- c) ocorre.
- d) têm.
- e) tem.

09. O vocábulo “senão” (1º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) alternância
- b) adição
- c) exclusão
- d) negação
- e) retificação

10. A palavra “migratória” recebe acento gráfico pela mesma justificativa que

- a) saída
- b) dominará
- c) espécie
- d) pânico
- e) até

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Em relação aos magistrados, analise as assertivas abaixo sobre o Sistema de Juizados Especiais os Juizados Especiais Cíveis, conforme a LODERJ:

- I. Integram o Sistema de Juizados Especiais os Juizados Especiais Cíveis, os Juizados Especiais Criminais, os Juizados Especiais da Fazenda Pública e respectivas Turmas Recursais, com a competência prevista na legislação federal.
- II. As Turmas Recursais terão competência para o julgamento de mandados de segurança, habeas corpus e recursos das decisões proferidas pelos Juizados Especiais de todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, bem como de outras ações e recursos a que a lei lhes atribuir competência.
- III. Os juízes de direito integrantes da Turma Recursal e seus suplentes serão escolhidos pelo Conselho da Magistratura, observada a alternância de antiguidade, sendo permitida a recondução.
- IV. Compete aos Juizados Especiais Criminais processar e julgar as causas descritas na lei específica, além da execução penal de suas sentenças ou acórdãos substitutivos, nos quais tenham sido impostas penas de multa ou restritivas de direito, bem como nos casos de sursis ou medida de segurança detentiva.

Marque a alternativa correta.

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

12. Em relação aos juízes de paz, conforme a LODERJ, é incorreto afirmar que:

- a) Em cada distrito e subdistrito das Comarcas do Interior e em cada área de atuação dos Serviços do Registro Civil na Comarca da Capital, haverá um juiz de paz e até dois suplentes.
- b) Compete ao Conselho da Magistratura a regulamentação sobre o funcionamento da Justiça de Paz no Estado, dispondo a respeito de direitos, deveres e penalidades aplicáveis aos juízes de paz, não sendo, no entanto, competente para decidir os casos omissos, que subirão à grau superior.
- c) A impugnação à regularidade processual, a arguição de impedimentos ou de quaisquer incidentes ou controvérsias relativas à habilitação para o casamento serão decididos pelo juiz de direito competente em matéria de Registro Civil.
- d) Nos casos de falta, ausência ou impedimento do juiz de paz e de seus suplentes, caberá ao juiz de direito com competência para o Registro Civil a nomeação de juiz de paz ad hoc.
- e) Até que seja disciplinado, por lei específica, o processo de eleição mencionado no art. 98, inciso II, da Constituição Federal, o Conselho da Magistratura regulamentará o processo de escolha de juízes de paz, a serem designados por ato específico do Presidente do Tribunal de Justiça.

13. Segundo a Lei n.º 4.620/2005, o regulamento poderá estabelecer jornada de trabalho especial de:

- a) no mínimo 30 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.
- b) 25 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.
- c) no mínimo 20 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.
- d) no máximo 30 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.
- e) no máximo 20 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. José é servidor do Estado do Rio de Janeiro e, no período dos últimos doze meses, faltou ao serviço injustificadamente por vinte vezes interpolados. Nessa situação, de acordo com o que prevê o Decreto-Lei nº 220/1975, é correto afirmar que

- a) José deverá sofrer penalidade de suspensão, caso as faltas tenham sido injustificadas.
- b) houve o abandono do cargo por parte de José, o que faz incidir a penalidade de demissão.
- c) José deverá ser demitido, devendo sempre constar do ato de demissão a causa da penalidade.
- d) a pena de demissão será de pleno direito, independentemente de processo administrativo próprio.
- e) em virtude da reincidência nas faltas ao serviço, José deverá receber a penalidade de repreensão.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Alquingel foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Acerca da eleição para o cargo e o Regimento Interno, julgue os itens seguintes.

- a) A eleição é feita pelo Tribunal Especial.
- b) A posse será perante o Órgão Especial.
- c) A escolha do Presidente será precedida por lista tríplice.
- d) Cabe ao Governador nomear o Presidente.
- e) Além do Presidente, será eleito também o Corregedor-Geral de Justiça e três Vice-presidentes.

16. Nos termos da Resolução n. 01/2017 do Órgão Especial, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido caberá a

- a) Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
- b) Núcleo de Auditoria Interna
- c) Escola da Magistratura
- d) Ouvidoria-Geral
- e) Órgãos Colegiados Administrativos;

17. Nos termos da Resolução n. 01/2017 do Órgão Especial, o Conselho da Magistratura tem como missão o desempenho de competências e atribuições definidas em lei, incumbindo-lhe o controle interno da magistratura de primeiro grau e das atividades administrativas e financeiras do Poder Judiciário.

A qual órgão cabe colher dados, compor indicadores e oferecer pareceres necessários à instrução dos processos a serem julgados pelo Conselho da Magistratura.

- a) Serviço Administrativo
- b) Assessoria Técnica de Instrução
- c) Divisão de Processos Judiciais
- d) Serviço de Processamento Criminal
- e) Serviço de Apoio às audiências e sessões

18. Acerca da Consolidação Normativa Judicial, das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração ou recurso no prazo de

- a) 05 e 08 dias, respectivamente
- b) 08 e 10 dias, respectivamente
- c) 10 e 15 dias, respectivamente
- d) 08 dias para ambos
- e) 10 dias para ambos

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso. Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) O Estatuto refere-se apenas aos serviços de transporte terrestre.
- b) As empresas de transporte coletivo de passageiros podem fazer uso do símbolo internacional de acesso deliberadamente.
- c) Nas áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso público e em vias públicas, devem ser reservadas vagas, em qualquer localidade, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade.
- d) Os veículos estacionados nas vagas reservadas devem exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário.
- e) A credencial para estacionamento em vagas reservadas poderá ser vinculada à pessoa com deficiência ou a outrem de sua indicação.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Com relação à expressão "probidade administrativa", é correto afirmar que se assemelha:

- a) a prejuízo ao erário.
- b) a enriquecimento ilícito.
- c) a atentado contra os princípios da Administração Pública.
- d) à moralidade administrativa.
- e) a dano ao patrimônio público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Selecione abaixo uma das características da modalidade licitatória convite, prevista na Lei 8.666/1993:

- a) antecedência mínima de divulgação do edital de oito dias úteis em relação ao recebimento das propostas.
- b) participação de interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas.
- c) participação mínima de dois licitantes.
- d) publicidade do instrumento convocatório mediante publicação na imprensa oficial.
- e) possibilidade de julgamento das propostas por um único servidor.

22. Suponha que determinado estado brasileiro, (1) estabeleceu a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção em espaços públicos pela população em geral e (2) cominou multa àqueles que descumprirem a nova regra.

Assumindo que as medidas foram regularmente estabelecidas e que visam proteger a saúde da população em face do surgimento de novo tipo de vírus, é correto afirmar que

- a) ambas as medidas decorrem diretamente do poder de polícia, o qual pode se manifestar mediante atos normativos ou concretos.

- b) a primeira medida decorre diretamente do poder regulamentar e a segunda, do poder disciplinar.
- c) ambas as medidas decorrem do poder de polícia, o qual dá azo à responsabilidade criminal dos infratores.
- d) ambas as medidas decorrem do poder regulatório, conferido às autoridades sanitárias em situações emergenciais.
- e) a primeira medida decorre do poder hierárquico e a segunda, do poder disciplinar.

23. Suponha que determinada empresa foi contratada pelo poder público estadual para desenvolver sistema informatizado que tem por objetivo viabilizar pagamento de auxílio financeiro a pessoas carentes, de maneira similar ao Programa federal Bolsa Família. Após o código-fonte do sistema ter sido recebido e pago pela Administração, foram identificados defeitos resultantes de falhas no seu desenvolvimento, as quais impediam o bom funcionamento do sistema e o lançamento do programa assistencial. Neste caso,

- a) o contratado não é obrigado a reparar os vícios, considerando que o recebimento realizado pela Administração tem eficácia liberatória ampla.
- b) o contratado é obrigado a reparar as incorreções, devendo a Administração pagar exclusivamente os custos dos reparos, não sendo devida qualquer importância a título de lucro.
- c) o contratado é obrigado a reparar as incorreções, às suas expensas.
- d) o contratado estará obrigado a efetuar os reparos, exceto naquilo que houve fiscalização desempenhada pela Administração, a qual reduz a responsabilidade da empresa contratada pelos vícios detectados.
- e) o contratado somente estará obrigado a efetuar os reparos caso individualizada a conduta de seus agentes.

24. Considerando a disciplina atinente à classificação dos atos administrativos, é correto afirmar que a homologação é ato:

- a) discricionário.
- b) enunciativo.

- c) que corrige ato administrativo anteriormente praticado que apresente determinados vícios.
- d) normativo que rege o funcionamento interno de cada órgão da Administração.
- e) vinculado e unilateral.

25. Quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta:

- a) sua criação é diretamente realizada por lei específica.
- b) sua responsabilidade civil será sempre regida por regras originárias do direito privado.
- c) submetem-se à supervisão por vinculação, a qual não pode resultar redução da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente à sua natureza.
- d) a admissão de seu pessoal exige prévia aprovação em concurso público, o qual garante-lhes o direito à estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- e) podem assumir qualquer das formas jurídicas admitidas pelo direito empresarial.

26. Serviços de utilidade pública são:

- a) essenciais e necessários para a sobrevivência da sociedade e do próprio Estado, sendo que sua prestação não pode ser delegada a terceiros.
- b) prestados a todos os cidadãos, indistintamente, não sendo possível mensurar o grau de utilização por cada usuário.
- c) aqueles que a Administração executa para atender suas necessidades internas, a exemplo da publicação na imprensa oficial.
- d) aqueles que a Administração Pública presta, direta ou indiretamente, para atender às necessidades coletivas de ordem econômica, a exemplo do fornecimento de energia elétrica.
- e) aqueles que, embora não essenciais ou necessários para a sobrevivência da coletividade, o Estado assume para si, prestando-os diretamente ou por terceiros, em razão de sua conveniência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

27. Determinado prefeito municipal decidiu desapropriar inúmeras pequenas propriedades rurais, mediante indenização em títulos da dívida, sob a justificativa de que a medida seria de utilidade pública, considerando que a área serviria à construção de importante obra de infraestrutura local. A iniciativa, contudo, não levou em conta as regras sobre desapropriação estabelecidas em lei federal. Analise a situação hipotética descrita e, em seguida, aponte a alternativa verdadeira:

- a) A medida adotada pelo prefeito é inconstitucional, já que pequena propriedade rural não pode ser desapropriada.
- b) A indenização aos proprietários dos imóveis rurais deveria ter sido feita em dinheiro e conforme as regras fixadas pela lei federal.
- c) O município não possui competência para promover a desapropriação, já que se trata de atribuição conferida com exclusividade à União.
- d) O município não deve obediência à lei federal em matéria de desapropriação, uma vez que o assunto se insere no âmbito da competência de cada ente federativo.
- e) O município deveria ter editado norma específica estabelecendo as regras para a desapropriação, uma vez que o direito de propriedade corresponde a norma de eficácia limitada.

28. Suponha que Dátila, Presidente da República, tenha sido condenado criminalmente pelo STF, ocasião em que fora decretada sua prisão. Tércio, Ministro de Estado da Saúde, expediu ato determinando que, em razão do agravamento de uma grande pandemia, a população estaria proibida de deixar suas casas, a qualquer hora do dia. Já Isaías, Delegado da Polícia Federal, mantém encarcerado indivíduo acusado de traficar drogas, sem qualquer indício de que tenha, de fato, cometido o crime. Em relação à possibilidade de impetração de habeas corpus nessas três situações, é possível afirmar que:

- a) O habeas corpus não é cabível contra a condenação sofrida por Dátila, mas a ação poderá ser ajuizada, perante o STJ, contra o ato expedido por Tércio.

b) Caberá habeas corpus, perante o STF, nas três situações.

c) Qualquer pessoa poderá ajuizar habeas corpus, perante o TRF competente, contra o ato ilegal cometido por Isaías.

d) O STJ poderá conceder, de ofício, habeas corpus contra os atos expedidos por Tércio e Isaías.

e) A ação poderá ser intentada diretamente no STF, contra a decisão condenatória de Dátila, bem como contra o ato exarado por Tércio.

29. Fora aprovada, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, lei dispondo acerca de sua Defensoria Pública, bem como sobre assistência jurídica no Estado. O governador, no sentido de complementar tais iniciativas de cunho assistencial, editou medida provisória versando sobre seguridade social. A análise das disposições constitucionais relativas a tais matérias permite concluir que:

a) A medida provisória é inconstitucional, por tratar de tema vedado a essa espécie legislativa.

b) A lei é inconstitucional no ponto em que trata da assistência jurídica, que, assim como a seguridade social, são da competência privativa da União.

c) Os dois atos normativos editados pelo Estado são plenamente válidos, vez que tais temas se inserem no rol de competências concorrentes entre a União, Estados e Distrito Federal.

d) A lei estadual, desde que tenha sido editada em obediência às normas gerais estabelecidas pela União, pode ser considerada válida. Já a medida provisória é inconstitucional, por invasão de competência privativa da União.

e) A medida provisória estadual, por abordar tema reservado com exclusividade à União e, portanto, indelegável, deve ser declarada inconstitucional.

30. Imagine que o Presidente da República, precisando ausentar-se do Brasil durante 12 dias, tenha solicitado autorização do Senado Federal. Antes de partir, no entanto, decidiu delegar algumas atribuições ao Procurador-Geral da República, como a celebração de tratados internacionais, a concessão de indulto e a extinção de cargos públicos vagos, tarefas estas que deveriam ser efetivadas mediante decreto. Considerando o que estabelece a Carta da República, é correto afirmar que:

- a) O Presidente somente poderia se ausentar do país, por período superior a 10 dias, mediante autorização do Congresso Nacional.
- b) As atribuições mencionadas não poderiam ter sido delegadas ao Procurador-Geral da República, mas apenas aos Ministros de Estado.
- c) Embora seja desnecessária a autorização do Senado, a concessão de indulto e a extinção dos cargos públicos exigem a edição de lei, o que impede que tais temas venham a ser objeto de delegação.
- d) A concessão de indulto não poderia ser feita por meio de decreto do Poder Executivo, uma vez que tal atribuição pertence ao Congresso Nacional.
- e) A autorização do Poder Legislativo para a ausência do Presidente, nessa situação, é dispensada. No entanto, a celebração de tratados não poderia ser objeto de delegação.

31. Acerca do tratamento reservado ao direito de nacionalidade na Constituição Federal de 1988, assinale a opção verdadeira:

- a) As hipóteses de aquisição da nacionalidade originária estão taxativamente previstas no texto constitucional, não comportando ampliação por parte do legislador infraconstitucional.
- b) A Constituição veda o fenômeno da polipatridia, impondo a perda da nacionalidade brasileira sempre que o indivíduo se enquadrar em mais de um critério concessivo de nacionalidade originária.
- c) Não se exige dos portugueses residência permanente no Brasil para que desfrutem da condição de equiparado a brasileiro.

- d) A naturalização tácita só é admitida na hipótese de indivíduos originários de países de língua portuguesa que possuam residência ininterrupta no Brasil por período superior a 15 anos.
- e) Apenas brasileiros naturalizados estão sujeitos à perda da nacionalidade.

32. A tramitação da medida provisória terá início _____ e, caso não seja apreciada em até _____ de sua publicação, _____, trancando a pauta _____. Completados _____ sem que tenha sido aprovada, será _____. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas anteriores:

- a) Na Câmara dos Deputados; 60 dias; entrará em regime de urgência; das duas Casas Legislativas; 60 dias; automaticamente prorrogada por igual período.
- b) No Senado Federal; 45 dias; será automaticamente prorrogada por igual período; das duas Casas do Congresso; 90 dias; considerada automaticamente rejeitada.
- c) Na Câmara dos Deputados; 45 dias; entrará em regime de urgência; da Casa em que estiver tramitando; 60 dias; automaticamente prorrogada por igual período.
- d) No Senado Federal; 45 dias; será automaticamente prorrogada por igual período; da Casa em que estiver tramitando; 90 dias; considerada automaticamente rejeitada.
- e) Na Câmara dos Deputados; 60 dias; entrará em regime de urgência; das duas Casas do Congresso; 120 dias; automaticamente prorrogada por igual período.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- c) as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada, apenas.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as associações, as sociedades, as fundações e as organizações religiosas.
- e) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios; as autarquias, com exceção das associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.

34. Considere a seguinte hipótese: Através de acordo judicial homologado, Ricardo concordou em pagar novecentos reais à título de alimentos ao filho Leandro, então com sete anos de idade. Porém, decorrido um ano do acordo, Ricardo apenas pagou o valor referente ao primeiro mês. No caso de Leandro, com relação à pretensão para haver as prestações alimentares devidas, é correto afirmar que,

- a) não corre a prescrição.
- b) prescreve em dois anos, a partir do vencimento da segunda prestação, ou seja, a primeira inadimplida por Ricardo.
- c) prescreve em três anos, a partir do vencimento da segunda prestação, ou seja, a primeira inadimplida por Ricardo.
- d) prescreve em três anos, a partir do vencimento da segunda prestação, ou seja, a primeira inadimplida por Ricardo.
- e) prescreve em dois anos, a partir da data da propositura da ação de alimentos.

35. Leonardo, dono de um pequeno restaurante de origem familiar, ciente de seu estado de insolvência, vendeu parte de seu estoque de alimentos e, na esperança de retomar o curso regular de seus negócios, decidiu pagar apenas o frigorífico que lhe entregava as carnes semanalmente, cuja dívida ainda não estava vencida, em função do desconto oferecido pelo fornecedor e a promessa de uma nova entrega com maior prazo para pagamento. A situação descrita caracteriza

- a) simulação, podendo ser anulada por terceiros prejudicados, tanto credores como os demais fornecedores, se comprovada a intenção de frustrar direito alheio.
- b) ato doloso, caracterizando, mais especificamente, o denominado *dolus malus*, que enseja a nulidade do ato por presunção de sua lesividade.
- c) erro substancial, não escusável, acarretando a anulabilidade do ato mediante ação judicial intentada por eventuais prejudicados.
- d) fraude contra credores, podendo ser anulado judicialmente em ação intentada por aquele que detenha crédito anterior ao quitado e tenha sido prejudicado pelo ato.
- e) ato atentatório a direito de credores, somente sendo escusável se comprovada boa-fé objetiva.

36. Constitui exemplo de cláusula accidental do negócio jurídico admitida pelo ordenamento jurídico vigente:

- a) Condição resolutiva, de cuja ocorrência depende a eficácia do negócio jurídico, não se admitindo o caráter aleatório.
- b) Encargo, que, enquanto não realizado, suspende o exercício ou aquisição do direito objeto do negócio jurídico, não podendo ser desproporcional ou desarrazoado.
- c) Termo, que, por vontade das partes, subordina os efeitos do ato negocial a um evento futuro e incerto, podendo ser inicial ou final.
- d) Modo, que difere a exigibilidade do negócio jurídico para momento futuro ou o torna exigível em prestações sucessivas.
- e) Condição suspensiva, a qual, uma vez implementada, susta os efeitos do negócio jurídico, sendo admissível apenas para contratos de trato sucessivo.

37. Após a assinatura do contrato de compra e venda de uma fazenda no interior de Goiás, Henrique e Juliano tornaram-se credores solidários de Luan, que, após cinco anos cumprindo corretamente com suas obrigações deixou de cumprir no vencimento de uma das prestações a que se havia obrigado.

Decorridos três anos da parcela inadimplida, Luan alegou a ocorrência da prescrição, sem considerar que Henrique, servidor público, encontra-se há dois anos no Chile, à mando do Presidente da República. Nesse caso, suspensa a prescrição em favor de Henrique, essa suspensão

- a) aproveitará a Juliano, seja a obrigação divisível ou indivisível, porém limitada ao prazo máximo de cinco anos.
- b) aproveitará a Juliano independentemente de a obrigação ser ou não divisível.
- c) somente aproveitará a Juliano se a obrigação for divisível.
- d) somente aproveitará a Juliano se a obrigação for indivisível.
- e) não aproveitará a Juliano, independentemente de a obrigação ser ou não divisível.

38. Raissa, plenamente capaz, decidiu ceder seu corpo, após sua morte, para um centro particular de pesquisa de células-tronco, em contrapartida ao pagamento de seis mil reais aos seus herdeiros. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, esse contrato

- a) é inválido, pois não se admite a disposição onerosa do próprio corpo para depois da morte.
- b) é válido, mas pode ser resilido por Raissa a qualquer tempo.
- c) será válido somente se a disposição do corpo tiver objetivo científico.
- d) será válido somente se a disposição for confirmada em testamento.
- e) é válido, mas sua eficácia depende de confirmação pelos herdeiros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Ao longo do curso processual, podem surgir situações legitimadoras da sucessão das partes e dos procuradores. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A sucessão voluntária das partes poderá ocorrer a qualquer momento, desde que haja concordância entre elas.
- b) Havendo alienação da coisa litigiosa por ato entre vivos, a título particular, haverá a alteração da legitimidade processual.
- c) Os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias serão estendidos ao adquirente ou cessionário.
- d) O juiz suspenderá o processo até que a parte constitua novo procurador quando o anterior tiver seu mandato revogado.
- e) O advogado que renuncia ao mandato deverá continuar atuando até que a parte constitua um novo causídico.

40. Quanto ao chamamento ao processo, pode-se afirmar corretamente:

- a) O chamamento ao processo deverá ser requerido pelo réu quando, por exemplo, o credor exigir o de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.
- b) O chamamento ao processo poderá ser realizado pelo autor ou pelo réu.
- c) Caso a citação do chamamento ao processo não seja promovida no prazo de 30 dias, o juiz suspenderá o processo até que esta seja realizada.
- d) Não é possível o chamamento ao processo dos demais fiadores quando a ação for proposta contra apenas um deles.
- e) Não é possível o chamamento ao processo do afiançado quando o fiador for réu.

41. O Código de Processo Civil apresenta uma grande preocupação com as formas de autocomposição das partes, especialmente a conciliação e mediação. Sobre a figura e o papel dos conciliadores e mediadores, é correto que:

- a) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação.
- b) Quando escolhido pelas partes, o conciliador ou mediador deverá estar cadastrado no tribunal.
- c) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador ou o mediador, mas não cabe escolha da câmara privada de conciliação e de mediação.
- d) A mediação e a conciliação não podem ser realizadas como trabalho voluntário.
- e) Diferentemente dos juízes, os conciliadores ou mediadores não estão sujeitos a causas de impedimento.

42. Quanto à contagem dos prazos processuais, é correto que:

- a) A contagem em dias úteis aplica-se aos prazos materiais e processuais.
- b) Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
- c) Os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- d) Durante a suspensão do curso do prazo processual, de 15 de dezembro a 15 de janeiro, não se realizam audiências nem sessões de julgamento.
- e) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor de maneira tácita ou expressa.

43. A Lei nº 7.347/85 disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético e outros. Sobre referido instrumento, pode-se afirmar corretamente:

- a) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, poderão ajuizá-la *ex officio*, cabendo ao Ministério Público assumir a titularidade.
- b) O interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias, sendo vedada a sua negativa sob qualquer fundamento.
- c) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- d) Se o órgão do Ministério Público se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente. Nesse caso, os autos e documentos deverão ser encaminhados à Procuradoria Geral para deliberação sobre o efetivo arquivamento.
- e) O inquérito civil, de titularidade do Ministério Público, não contará com a participação de nenhum outro sujeito, a exemplo das associações.

44. Ainda sobre a ação civil pública, é correto afirmar que:

- a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá cominar multa diária, dependendo de requerimento do autor.
- b) Para a concessão de medida liminar, o juiz não está obrigado a ouvir previamente a parte.
- c) A sentença civil fará coisa julgada *inter partes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

- d) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão subsidiariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- e) Assim como as demais ações cíveis, a ação civil pública enseja o pagamento de custas, emolumentos, honorários periciais e demais despesas dela decorrentes.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

45. Acerca da lei penal no tempo, analise as assertivas a seguir:

I – Conforme entendimento consolidado na Doutrina e Jurisprudência, caso haja superveniência de lei penal que ao mesmo tempo traga benefícios e prejuízos ao agente, será possível realizar a combinação de leis penais.

II – A revogação de um tipo penal não importa *abolitio criminis* quando a conduta ali prevista passa a integrar outro tipo penal

III – Medidas Provisórias podem, excepcionalmente, criminalizar condutas e estabelecer sanções penais

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

46. Quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, é correto afirmar que há:

- a) legítima defesa, causa de exclusão da antijuridicidade
- b) legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade
- c) exercício regular de direito, causa de exclusão da antijuridicidade

- d) estado de necessidade, causa de exclusão da antijuridicidade
- e) estado de necessidade, causa de exclusão da culpabilidade

47. José conta a seu amigo, Pedro, que pretende realizar um crime de furto a uma residência. José afirma que a residência está vazia, eis que os moradores estão viajando, o que facilitaria bastante o furto. Em seguida, José solicita a Pedro seu carro emprestado, afirmando que necessita de um bom veículo para realizar o furto. Pedro aceita emprestar o carro para que José o utilize no furto e entrega a este as chaves do veículo.

Nesse caso, quanto à conduta de Pedro, é correto afirmar que:

- a) responderá por furto qualificado, na qualidade de partícipe, ainda que José não chegue a dar início à execução do delito
- b) responderá por furto qualificado, na qualidade de partícipe, ainda que sua participação seja inócua
- c) não responderá por crime algum, vez que o mero ato de emprestar o veículo não configura participação punível
- d) responderá por furto qualificado, na qualidade de coautor, desde que José venha a executar o delito de furto
- e) responderá por furto qualificado, na qualidade de partícipe, desde que José venha a executar o delito de furto

48. O Presidente do TJRJ, tomando conhecimento de que a biblioteca pública do TJRJ necessitava de alguns livros, os adquiriu, utilizando, para tanto, recursos destinados por lei ao custeio de pessoal, ou seja, ao pagamento dos servidores.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta do Presidente do TJRJ configura:

- a) exercício arbitrário das próprias razões
- b) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
- c) Peculato-desvio
- d) Crime contra as finanças públicas
- e) Descaminho

49. Como havia sido aprovado no concurso para Juiz do TJRJ, José solicitou a seu antigo chefe, o Promotor de Justiça Pedro, a confecção de uma certidão que atestasse a prestação de serviço voluntário junto ao MPRJ pelo período de 03 anos. Pedro se negou a elaborar o documento nos moldes requeridos, vez que José apenas atuou junto ao MPRJ por 02 anos. Assim, Pedro elaborou certidão atestando que José havia atuado por 02 anos junto àquela Promotoria, desenvolvendo atividade de cunho jurídico. José, precisando atestar o exercício de pelo menos 03 anos de atividade jurídica, falsificou a referida certidão, adulterando-a, de forma a fazer constar “03 anos” ao invés dos “02 anos” atestados pelo Promotor Pedro.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou o crime de:

- a) Falsidade material de atestado ou certidão
- b) Falsificação de documento público, majorada de um sexto
- c) Falsificação de documento público, sem majoração
- d) Certidão ou atestado ideologicamente falso
- e) Falsificação de papéis públicos

50. José é empregado contratado pela empresa “Limpa Tudo LTDA”, que presta serviços de conservação e limpeza junto ao TJRJ. Certo dia, percebendo que o funcionário público responsável havia se distraído, José subtraiu um *laptop* pertencente ao TJRJ.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) praticou crime de peculato-desvio
- b) praticou crime de peculato-apropriação
- c) praticou crime de peculato-furto
- d) praticou crime de peculato mediante erro de outrem
- e) Não praticou peculato

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. Determinado inquérito policial foi instaurado para apurar a suposta prática do crime de lesão corporal gravíssima, crime de ação penal pública incondicionada, cujo autor teria sido José. No curso das investigações, e após requerimento do MP, o Juízo competente decretou a prisão preventiva de José, para assegurar a aplicação da lei penal.

Em relação ao referido caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar da instauração
- b) Apesar de ser procedimento inquisitorial, José terá direito de constituir defensor para acompanhar o desenvolvimento do inquérito, mas este somente terá acesso aos autos com autorização judicial
- c) Como se trata de crime de ação penal pública incondicionada, a manifestação de vontade da vítima é desnecessária para a instauração e desenvolvimento do inquérito policial
- d) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de base para a denúncia, impedirá a retomada futura das investigações.
- e) A autoridade policial poderá determinar a incomunicabilidade de José, tendo sido tal previsão recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

52. José foi denunciado pela prática do crime de lesão corporal grave, praticado contra Maria. A infração penal causou sérios danos a Maria, de ordem material e moral.

Nesse caso, no que tange à reparação civil *ex delicto*, é correto afirmar que:

- a) Pela independência das esferas, a decisão no processo criminal nunca irá interferir na possibilidade de ajuizamento de ação civil *ex delicto*
- b) A decisão que absolver o réu no processo criminal, por falta de provas, não impedirá o ajuizamento de ação civil *ex delicto*
- c) A decisão que absolver o réu no processo criminal, pela comprovação da inexistência material do fato, não impedirá o ajuizamento de ação civil *ex delicto*

- d) A decisão absolutória no processo criminal sempre impede o ajuizamento de ação civil *ex delicto*
- e) A decisão que reconhece a extinção da punibilidade pela prescrição impede o ajuizamento de ação civil *ex delicto*

53. Acerca do exame de corpo de delito e perícias em geral, analise as assertivas abaixo:

I – O exame de corpo de delito será realizado por um perito oficial ou, na sua falta, por dois peritos não oficiais, preferencialmente portadores de diploma de curso superior.

II - O exame de corpo de delito não poderá ser realizado durante o período noturno

III – No caso de autópsia, esta somente poderá ser realizada 06h após o óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo

IV - O exame de corpo de delito será indispensável nos crimes que deixam vestígios, não podendo ser suprido pela confissão do acusado

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e IV
b) I, II e III
c) I, III e IV
d) II e IV
e) III e IV

54. Acerca das alegações finais no procedimento comum, assinale a alternativa correta:

- a) As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, não havendo possibilidade de apresentação de alegações finais por escrito, seja no rito ordinário ou no rito sumário.
- b) As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à defesa e à acusação, não havendo possibilidade de apresentação de alegações finais por escrito, seja no rito ordinário ou no rito sumário.

c) As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, havendo possibilidade de apresentação de alegações finais por escrito tanto no rito ordinário quanto no rito sumário.

d) As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, havendo possibilidade de apresentação de alegações finais por escrito no rito ordinário.

e) As alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à defesa e à acusação, havendo possibilidade de apresentação de alegações finais por escrito no rito ordinário.

55. José e Pedro foram denunciados pelo MP pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes. Na sentença, o Juiz condenou José pelo referido crime, nos termos da denúncia. Todavia, reconheceu a prescrição da pretensão punitiva em relação a Pedro, eis que por ter menos de 21 anos à época do fato, o crime já estaria prescrito, na medida em que o prazo prescricional foi reduzido pela metade.

O MP, inconformado com a extinção da punibilidade em relação a Pedro, deverá interpor:

- a) Apelação, no prazo de 05 dias
b) Apelação, no prazo de 10 dias
c) Embargos de declaração, no prazo de 02 dias
d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
e) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

56. José e Pedro foram denunciados pelo MP pela suposta prática do crime de homicídio doloso qualificado consumado, praticado contra Maria. Ao final da instrução preliminar, o Juízo entendeu não haver elementos suficientes para submeter o réu José a julgamento em plenário, eis que não havia indícios suficientes de autoria. Entendeu o Juízo, ainda, que havia prova cabal de que Pedro, outro réu, não teve qualquer participação no crime.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- Impronunciar José e absolver sumariamente Pedro, sendo cabível apelação para impugnar ambas as decisões
- Absolver sumariamente ambos os réus, sendo cabível apelação para impugnar as decisões
- Impronunciar ambos os réus, sendo cabível apelação para impugnar as decisões
- Impronunciar José, cabendo recurso em sentido estrito contra essa decisão, e absolver sumariamente Pedro, sendo cabível apelação contra essa decisão
- Impronunciar José e absolver sumariamente Pedro, sendo cabível recurso em sentido estrito para impugnar ambas as decisões

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Humberto, Doisberto e Tresberto estão lotados na segunda vara cível da comarca de Petrópolis.

- Humberto atende ao público;
- Doisberto expede certidões de publicação;
- Tresberto movimenta e insere dados no sistema.

Os servidores integram, respectivamente, as equipes de

- Administrativa, Digitação e Processamento.
- Processamento, Digitação e Administrativa.
- Digitação, Digitação e Processamento.
- Digitação, Digitação e Administrativa.
- Administrativa, Digitação e Digitação.

58. As folhas serão reunidas por meio de grampo-encadernador metálico (grampo-trilho ou colchete) ou plástico. Sua reunião poderá dar-se por meio de colchetes (grampos de latão) ou grampos comuns desde que

- Tenham no mínimo 30 (trinta) folhas.
- Não ultrapassem o número de 30 (trinta) folhas.
- Tenham no mínimo 50 (cinquenta) folhas.
- Não ultrapassem o número de 50 (cinquenta) folhas.
- Tenham até 100 folhas

59. Jamelão é juiz de direito na oitava vara criminal da capital. Jamelão pretende criar rotinas complementares, objetivando a regularidade e a celeridade dos serviços cartorários.

Qual o instrumento a ser utilizado?

- Portaria
- Decreto
- Resolução
- Ordem de Serviço
- Provimento

60. Caso o chefe de serventia verifique que determinados autos estejam paralisados há mais de 30 dias, deverá

- Certificar nos autos e esperar mais 10 dias.
- Fazer conclusos em 48 horas.
- Certificar nos autos e esperar mais 30 dias.
- Fazer conclusos em 24 horas.
- Ligar para aquele que está dando causa a paralização.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-TJ-Analista-23-05-20>

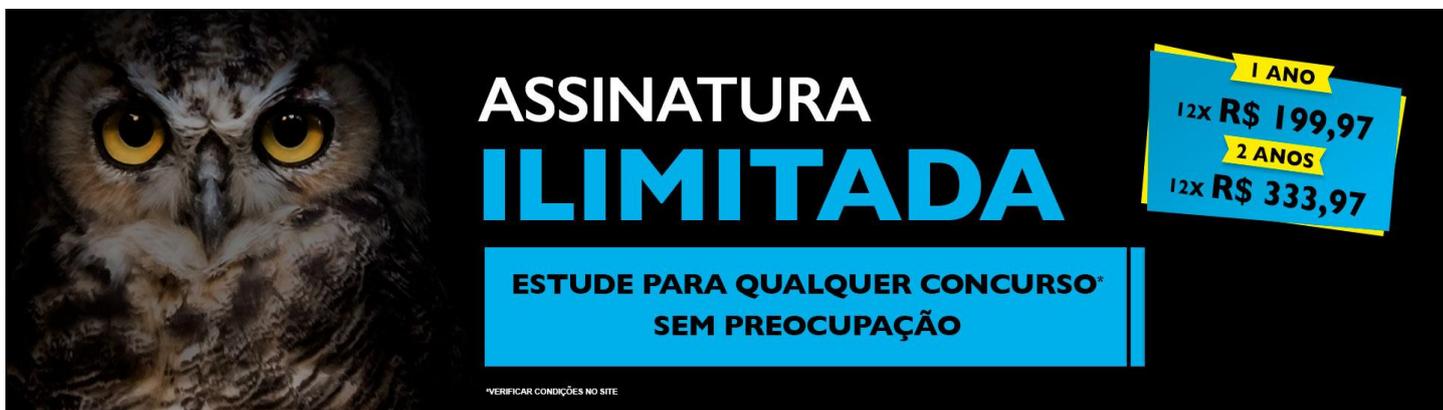
Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE